

# A inferência causal e o conhecimento da realidade

Edson Luis Medeiros de Andrade<sup>1</sup>

**RESUMO:** No trabalho ensaiamos a introdução de um instrumental na leitura das *Investigações sobre o Entendimento Humano* de Hume, que permita ultrapassar a leitura meramente epistemológica, ou seja, a leitura que limita a reflexão de Hume a uma crítica das leis da natureza. Sem negar tal abordagem, podemos detectar no texto de Hume uma crítica mais ampla do conhecimento da natureza, ou seja, a tese de que o conhecimento dela é impossível. Tal leitura é detectada por qualquer leitor atento. Assim, visamos apenas criar instrumentos (conceitos, argumentos) para que tal leitura ultrapasse a dimensão intuitiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inferência causal, Hume, Ceticismo, Indução, Conhecimento.

**ABSTRACT:** In the work we assay the introduction of an instrument in a reading of the *Inquiries on the Human Agreement* of Hume, that allows to exceed the simple epistemologic reading, or either, the reading that limits the reflection of Hume to a critical one of the laws of the nature. Without denying such boarding, we can detect in the text of critical Hume the amplest one of the knowledge of the nature, or either, the thesis of that the knowledge of it is impossible. Such reading is detected by any intent reader. Thus, we only aim at to create instruments (concepts, arguments) so that such reading exceeds the intuitiv dimension.

**KEY WORDS:** Causal inference, Hume, Skepticism, Induction, Knowledge.

## INTRODUÇÃO

O artigo é um ensaio que introduz a noção de “conhecimento do objeto” para tornar mais compreensível a crítica de Hume à inferência causal, principalmente na seção IV das *Investigações sobre o Entendimento Humano*. Hume, no *Tratado da Natureza Humana*, distingue três problemas referentes à causalidade: o problema da inferência causal, o problema da origem da idéia de causalidade e o problema da validade do princípio de causalidade. Nosso trabalho parte da idéia de que o problema da inferência causal sofre uma interpretação demasiada limitada. O erro mais grave é o de entender que Hume questiona as leis da natureza como se somente tratasse de uma possível mudança real na natureza. Deste modo, até mesmo uma posição realista no conhecimento poderia aceitar a crítica de Hume. Poderíamos estabelecer as leis verdadeiras da Natureza e, se ela mudasse, mudaríamos o conhecimento de tais leis. Mas não é essa posição que desejamos tematizar. Uma segunda interpretação afirma que a idéia de Hume é a de colocar em cheque o conhecimento das verdadeiras leis da natureza. Embora tal leitura seja correta, objetamos que ela limita em demasia o alcance da crítica de Hume. Queremos mostrar que o verdadeiro objetivo de Hume, em sua crítica à inferência causal, foi concluir que nada conhecemos da realidade.

O artigo tem como objetivo introduzir alguns conceitos para alcançar uma interpretação não-intuitiva dessa tese mais profunda, na medida em que um leitor atento certamente concordaria conosco sobre a existência de tal tese. Deste modo, em todo o trabalho, pressupomos a leitura do texto de Hume. Abstemo-nos de apresentar a crítica de Hume à inferência causal. Igualmente não tentamos convencer o leitor de que existe uma leitura profunda do texto de Hume, ao contrário, pressupomos que o leitor a realizou. Apresentamos apenas o instrumental para que essa leitura possa ultrapassar o nível meramente intuitivo. Também, no final, não aplicamos nosso instrumental aos textos de Hume, porque acreditamos que tal aplicação é tão simples que é desnecessária.

## O CONCEITO DE CONHECIMENTO E DE OBJETO

Nosso ponto de partida deve ser um determinado conceito de conhecimento. Tal caracterização não deve ser entendida como uma determinação do conhecimento em geral, de modo que valesse para tudo aquilo que chamamos de conhecimento. A caracterização vale, pelo menos, para algumas afirmações que chamamos de conhecimento e tal caracterização é suficiente para alcançarmos o objetivo desse trabalho.

O conhecimento é uma proposição que tem a forma: "Acontece x" e que se expressa nas fórmulas corriqueiras: "É assim.", "As coisas acontecem assim." ou talvez "As coisas são assim.". Entretanto, tal caracterização é tão abstrata que não poderá ser-nos útil. Por isso, introduziremos no conceito de conhecimento o conceito de objeto.

Por objeto entendemos um conjunto de propriedades e atuações. Entendemos por atuações do objeto as reações que os objetos têm entre si. Se afirmamos "o leite é branco" e "o fogo queima a madeira" temos exemplos dos dois casos. Na secção IV das *Investigações sobre o Entendimento Humano*, Hume parece estar interessado apenas no segundo desses casos. Mas se podemos duvidar de que um poder secreto estará associado novamente a um conjunto de sensações, parece claro que podemos fazer o mesmo com as qualidades superficiais do objeto.

Agora podemos reescrever as fórmulas anteriores. Podemos afirmar que o conhecimento se expressa nas seguintes proposições: "O Objeto possui tal propriedade.", "O objeto possui tais propriedades.", ou "O objeto atua de tal modo.". As frases estão declarando que o "objeto é assim".

Avancemos um pouco mais e admitamos que também podemos nos expressar dos seguintes modos: "É isso o que o objeto é.", "Isso é o que é o objeto." De tal modo que podemos afirmar, por conclusão, que conhecer é: dizer que as coisas são assim, dizer que o objeto é assim ou dizer o que é o objeto.

A expressão "o que é" está sendo usada num sentido muito básico, aquém de todo o sentido metafísico relacionado com essência, substância, etc. O que é o fogo? É azul, tem movimento, é quente, etc. e tudo isso é o que é o fogo.<sup>2</sup>

O conceito de objeto facilitará nosso trabalho, mas não queremos afirmar categoricamente que ele é absolutamente necessário<sup>3</sup>. Mas, mesmo assim, gostaríamos de apresentar dois argumentos que poderiam sustentar a necessidade desse conceito, na forma das duas primeiras observações seguintes. .

#### Observação nº I.

Nosso conhecimento parece se referir sempre a objetos e não a eventos isolados. Suponhamos que afirmemos "Aí está o azul." ou "Acontece o azul.". Parece que não estamos conhecendo nada. Na verdade sempre afirmamos "O fogo é azul". Parece que conhecer não é saber que "Há azul", mas que uma propriedade "azul" se encontra unida a outras propriedades (fogo). Não faz sentido afirmar: "aqui e agora está o azul".

Também parece que não podemos afirmar “dá-se sempre o azul”. Parece que igualmente não faz sentido nenhum. Parece que devemos afirmar: 1) dá-se sempre o azul e 2) dá-se num objeto (fogo). O azul não pode dar-se sozinho (sem o objeto) e não pode dar-se no objeto somente no aqui-e-agora.

#### Observação nº2.

O conceito de conhecimento se refere a um *objeto que permanece*. Não há conhecimento de um objeto que se encontre nesse segundo e um conhecimento do “mesmo” “objeto” num outro segundo, tendo como resultado dois conhecimentos. Não dizemos “o fogo A (agora) é azul”, “o fogo B (agora) é amarelo”, de tal modo que cada frase fosse um conhecimento e o conhecimento fosse apenas a descrição do que ocorre a cada segundo. Isso seria a negação do conceito de objeto ou a afirmação de um objeto-aqui-e-agora. Precisamos dizer “o fogo é azul” e tal objeto deve continuar a existir<sup>4</sup>.

Não podemos considerar conhecimento uma descrição do objeto-aqui-e-agora. Se o conhecimento pressupusesse que cada fogo de cada instante fosse um “objeto” diferente, ele se destruiria como conhecimento. Isso ainda é verdade, mesmo que do ponto de vista da sensação cada conjunto de sensações é um novo conjunto de sensações. Como a descrição de um conjunto de sensações não pode ser conhecimento, devemos ir além dele. Fundamos um objeto que ultrapassa as sensações e de que elas são as propriedades. Podemos então afirmar que as cores, os movimentos e as formas são do fogo.

#### Observação nº3.

Embora utilizamos as expressões descrição e sensações, não queremos com isso defender a tese de que o conhecimento é uma descrição imediata da empiria, nem que o conhecimento se reduza a sensações. Também não defendemos que Hume sustente tal teoria. Por descrição queremos apenas entender a apresentação das características de um objeto. E o fato de que nos referimos muitas vezes a sensações somente deve significar que trata-se de uma exemplificação. Por outro lado, em muitos exemplos, mesmo em Hume, as propriedades não são sensações, como nos casos de “fogo queima” ou “o pão alimenta”.

A MUDANÇA NO OBJETO E A INTUIÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO.

A tese que sustentaremos é: Se um objeto muda, podemos concluir que não conhecemos o objeto.

Nossa técnica agora é apelar para a nossa compreensão intuitiva. Para isso, daremos três exemplos. Os dois primeiros se referem a uma situação fictícia, mas bastante simples.

1º exemplo. Um cientista está pesquisando em seu laboratório um objeto que muda de propriedades dia após dia. No primeiro dia, ele é azul, com 1cm e redondo. No segundo dia, ele é branco, com 2cm e oval. No terceiro dia, ele é amarelo, com 3cm e quadrado. No quarto dia, ele é preto, com 1/2cm e pentagonal. E assim por diante. Se a cada dia o objeto sofre mudanças em suas propriedades e, portanto, as descrições do cientista ficam caducas, parece claro que a conclusão do cientista será: "É impossível *conhecer* tal objeto, porque ele sempre muda!" ou talvez: "Não sei *o que é* tal objeto, porque, dia após dia, ele muda de propriedades". Podemos concluir que se o objeto muda, não há conhecimento dele.

2º Exemplo. Suponhamos que uma pessoa comum está analisando um objeto do qual nada sabe ainda, por exemplo, um objeto que surgiu do espaço. Suponhamos que a cada dia o objeto mude o seu jeito de ser, ou seja, suas propriedades e atuações. Tal pessoa pode concluir: "Um dia ele é de um jeito, noutro dia ele é de outro jeito. Não sei *o que ele é*." A conclusão da pessoa comum é idêntica a do cientista.

3º Exemplo. Quando uma pessoa muda de comportamento de uma maneira significativa, costumamos expressar assim nosso espanto: "Pensei que conhecia ela, mas agora me dou por conta que nunca a conheci direito, que me enganei redondamente sobre ela". Também, nesse caso, a mudança de propriedades nos leva a concluir que não conhecemos o objeto.

Esses exemplos somente nos mostram que a *mudança no objeto* nos leva a inferir que *não o conhecemos* e tal conclusão ocorre de um modo intuitivo. Entretanto, é importante nos perguntar qual o motivo que nos leva a fazer tal inferência. Seria preciso perguntar "O que é conhecer?" para avançar além do plano intuitivo e determinar precisamente *porque* fazemos a inferência. Contudo, no plano intuitivo temos a passagem necessária para nosso trabalho: O objeto mudou, logo não conhecemos o objeto.

## A IMPOSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO: DOIS PASSOS E DOIS NÍVEIS.

Argumentaremos que se o objeto *pode mudar* então *não o conhecemos*. Teremos um 1º passo (o objeto pode mudar), com um Argumento de 1º nível e um Argumento de 2º nível. Em conclusão, teremos um 2º Passo (Se ele pode mudar, então não conhecemos nada do objeto).

### 1º PASSO, O ARGUMENTO DE 1º NÍVEL.

Estamos entendendo por objeto um agregado de propriedades e de atuações (qualidades como potências, segundo Locke ou poderes secretos, segundo Hume).

Numa análise primeira do objeto, temos a seguinte descrição:

- Sabemos que o objeto tem tais e tais propriedades,
- Não sabemos a priori como ele atuará,
- “Sabemos”, por experiência posterior, como ele atua,  
(São os primeiros passos de Hume, nas *Investigações sobre o Entendimento Humano*).

Numa segunda análise, através de Locke, temos:

- Ao observar o agregado constatamos que não sabemos porque tais propriedades encontram-se reunidas nele. Do mesmo modo, não sabemos porque algumas atuações estão reunidas no agregado. O agregado se parece a uma colagem completamente arbitrária de “coisas” que não possuem nenhuma relação entre si. Abstemo-nos de reproduzir a brilhante análise do agregado feita por Locke nos capítulos I, II, III e XXIII do Livro II do *Ensaio sobre o Entendimento Humano*.
- Como não sabemos porque estão reunidas, podemos supor que podem mudar.
- As possibilidades são as seguintes:
  - 1) Uma propriedade pode mudar,
  - 2) Várias propriedades podem mudar,
  - 3) Todas as propriedades podem mudar,

- 4) Não sabemos se outras propriedades novas não podem ser acrescentadas ao agregado, sem nada mudar no restante,
- 5) Não sabemos se os objetos não podem atuar de outra maneira, ou seja, mudar de atuação.

Posso concluir que o *objeto pode mudar* ou *qualquer coisa pode acontecer*.

### 1º PASSO, O ARGUMENTO DE 2º NÍVEL.

O argumento de segundo nível consiste em apresentar fatos que mostram que os objetos realmente mudaram e inferir que eles podem mudar. Daremos exemplos de mudanças reais nos objetos e faremos também uma tipificação dessas mudanças.

1º) *Uma propriedade pode mudar*. Um corpo pode perder o seu peso ou uma laranja verde torna-se amarela. Nesse caso, observamos que uma propriedade mudou e que, portanto, uma propriedade de um objeto qualquer pode mudar.

2º) *Várias propriedades podem mudar*. A água fresca ao tornar-se água quente muda numa série de propriedades. Nesse caso, observamos que várias propriedades mudaram efetivamente e que, portanto, várias propriedades de outros objetos podem mudar.

3º) *Todas as propriedades podem mudar*. A água torna-se gelo, a semente torna-se planta, o embrião torna-se homem<sup>5</sup>, ou, ainda, a cera de Descartes, que muda em quase tudo. Nesse caso, observamos que quase todas ou todas as propriedades de um objeto mudaram e que, portanto, quase todas ou todas as propriedades de outros objetos podem mudar.

4º) *Uma propriedade nova*. Os golfinhos atuam sobre as crianças com surdez, síndrome de Down e autismo produzindo uma surpreendente melhora de sua saúde<sup>6</sup>. Um fio que conduz eletricidade produz um campo magnético. Alguns fungos são capazes de combater o colesterol (estatinas). Nesse caso, observamos que uma propriedade que não supúnhamos pertencer ao objeto apareceu nele e podemos concluir que uma propriedade que não supúnhamos pertencer a um outro objeto pode aparecer nele.

5º) *Propriedades opostas*. Os calmantes podem causar a reação (atuação) oposta, ou seja, podem excitar. O café pode produzir sono em algumas pessoas. Os antidepressivos produzem reações diversas (muita fome ou falta de apetite,

aumento no desejo sexual ou indiferença). Nesse caso, observamos que duas propriedades opostas apareceram realmente num objeto e que, portanto, podemos pensar que propriedades opostas podem aparecer em outros objetos.

6º) *Uma propriedade surpreendente.* Nesse caso, podemos utilizar novamente os exemplos dos golfinhos e da eletricidade e magnetismo<sup>7</sup>; água torna-se novamente líquida entre 113 e 123 graus negativos. Nesse caso, observamos que apareceu uma propriedade surpreendente num objeto e que, portanto, uma propriedade surpreendente pode aparecer num outro objeto.

7º) *Uma propriedade esperada que falta.* Em algumas pessoas, o álcool não produz o efeito esperado, ou seja, ele não embriaga ou, pelo menos, não como esperamos que o faça. Nesse caso, observamos que uma propriedade que era esperada num objeto, não apareceu nele e que, portanto, uma propriedade esperada num outro objeto pode não aparecer.

8º) *Uma propriedade oposta à esperada.* Em algumas pessoas, o café ou o guaraná produz sono. Nesse caso, observamos que uma propriedade oposta à esperada apareceu no objeto e que, portanto, uma propriedade oposta à esperada pode aparecer num outro objeto.

Podemos agrupar os exemplos em dois tipos.

Tipo A: mudanças quantitativas.

- 1) uma propriedade mudou,
- 2) várias propriedades mudaram e
- 3) todas as propriedades mudaram.

Tipo B: mudanças qualitativas.

- 4) uma propriedade nova foi acrescentada,
- 5) propriedades opostas apareceram no mesmo objeto,
- 6) uma propriedade surpreendente,
- 7) uma propriedade esperada faltante e
- 8) uma propriedade oposta à esperada.

Observamos os fatos e vimos que uma, várias ou todas as propriedades de um objeto realmente mudaram e que podemos concluir que o mesmo poderia ocorrer em outro objeto. Também acrescentamos que propriedades novas, opostas

e surpreendentes apareceram de fato num objeto e que podemos concluir que tal pode ocorrer em outro objeto. Observamos também que uma propriedade esperada faltou e que uma propriedade oposta à esperada apareceu e que podemos concluir que o mesmo pode ocorrer com outro objeto.

São os próprios fatos que mostram como os objetos mudaram sob diversas formas e deles podemos inferir que os outros objetos também podem mudar sob as mesmas formas.

2º PASSO: SE O OBJETO PODE MUDAR, ENTÃO NÃO CONHECEMOS NADA DO OBJETO.

Os argumentos de 1º nível e de 2º nível nos levaram a conclusão de que os objetos podem mudar. Chegamos ao ponto conclusivo do nosso trabalho. Devemos inferir da idéia de que o objeto pode mudar a tese de que não conhecemos nada do objeto, ou, em outras palavras, não conhecemos a realidade.

No início do nosso trabalho, afirmamos que se o “objeto mudou” então não o conhecemos. Partimos do real (mudou) e chegamos ao real (não conhecemos). Agora, temos que partir do possível (pode mudar) e chegar ao mesmo real (não conhecemos).

O esquema do nosso trabalho foi:

O objeto mudou, logo não o conhecemos.

O objeto pode mudar, pelos argumentos de nível 1 e 2.

O objeto pode mudar, logo não o conhecemos.

— . —

Se o objeto mudou, ele destruiu nossa descrição (o que penso que ele é).

Contudo, o que acontece no caso de “o objeto pode mudar”? Apresentaremos a conclusão sob diversas formas no intuito de alcançar a expressão mais adequada possível.

- a) O objeto pode mudar. Logo, nossa descrição do objeto pode ser destruída a qualquer momento.
- b) O objeto pode mudar. Não temos certeza de que a nossa descrição *do que é* o objeto vale alguma coisa, ou seja, de que ela é realmente a descrição dele.

- c) O objeto pode mudar. Como podemos afirmar que conhecemos o que é o objeto se a qualquer momento podemos ser forçados a mudar nossa descrição sobre ele?
- d) O objeto pode mudar. Se sabemos alguma coisa, não podemos ter dúvidas. Mas de fato “sabemos” o que é o objeto (descrição) e, ao mesmo tempo, temos dúvidas se ele é realmente o que descrevemos (não podemos afirmar que ele não mudará e, portanto, não nos forçará a abandonar a descrição dele).
- e) O objeto pode mudar. Se conhecemos as propriedades do objeto, logo conhecemos o objeto (ou seja, determinamos as propriedades *dele*). Mas como afirmar que determinamos as propriedades se a qualquer momento podemos ser forçados a determiná-lo de novo e, por isso mesmo, reconhecer que o determinamos erroneamente?

Acreditamos que podemos afirmar: Se o objeto pode mudar, não conhecemos nada do objeto ou não conhecemos nada da realidade.

Para finalizar, é necessário relacionar nossa conclusão com os oito tipos de mudanças elencados acima, para que também possamos fazer uma melhor idéia do seu significado e de sua utilidade futura.

Nossa conclusão pode ser tirada apenas da consideração do item 1 (uma propriedade mudou) e todas os outros itens (2-8) podem ser considerados complementos dele. Mas também podemos tirar a conclusão do item 2 ou 3 e relacionar com algum outro. E assim podemos fazer todo tipo de combinações que desejarmos. Vejamos qual é a argumentação no caso do item 1.

O objeto mudou em uma de suas propriedades. Disso segue-se não apenas que uma lei foi questionada, mas que o conhecimento de *todo* o objeto o foi. Se somente uma propriedade mudou, não sabemos mais que objeto é esse de que estamos tratando. Se uma propriedade mudou, então outras propriedades podem mudar e o objeto pode tornar-se diferente do que é. Em outras palavras, uma mudança nos dá o direito de supor que o objeto pode perder qualquer uma (ou todas) de suas outras propriedades e tornar-se um objeto estranho. Com uma propriedade modificada, tudo se passa como se um pequeno rasgo surgisse na superfície do objeto e ele aparecesse como o invólucro de outro objeto. Essa pequena parte modificada é suficiente para nos fazer constatar que não o conhecemos. Essa pequena parte modificada como que anuncia uma revelação maior: a de que talvez esse objeto seja outro.

Nos itens 2-8, citamos outras transformações nas propriedades do objeto: várias, todas, novas, opostas, surpreendentes, esperada e oposta à esperada. Em cada um desses casos, nos perguntamos: o que é o objeto, se ele apresenta-se com tal e tal modificação? Se uma propriedade nova aparece, nos surpreende: o que é o objeto? Se propriedades opostas aparecem, nos surpreendem: o que é o objeto? E esse espanto repete-se nos outros casos. O objeto nos surpreende! O objeto mostra-se estranho! O objeto parece ser outro do que ele mostrou ser! Na sua mudança, se anuncia um outro objeto e ele parece reduzir-se apenas a um invólucro desse outro! Enfim, devemos afirmar que não o conhecemos e que apenas julgávamos conhecê-lo.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Professor do Curso de Filosofia da Unioeste.
- <sup>2</sup> Não que pensemos que a questão da essência possa ser descartada aqui, apenas adiamos o problema.
- <sup>3</sup> Necessário para qualquer tipo de conhecimento.
- <sup>4</sup> Mesmo que tais formulações lembrem as formulações da filosofia tradicional, por exemplo, Aristóteles, o que não negamos, queremos apelar para a compreensão do leitor, antes de nos comprometer com qualquer teoria aceita.
- <sup>5</sup> Nesses exemplos há um inconveniente que prejudica muito nossa percepção. Essas mudanças no objeto são repetitivas e, em alguns casos, cíclica. A água volta aos seus estados anteriores, o novo embrião volta a ser um novo homem, etc. Essa repetição exige que a oposição “mudança e conhecimento” deva ser aprofundada.
- <sup>6</sup> Essa atuação é um fato reconhecido e totalmente independente de qual explicação preferimos adotar.
- <sup>7</sup> É indiferente, para nosso argumento, que um fato, que foi surpreendente, tenha se tornado tão corriqueiro que passou a ser considerado uma obviedade.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.

- HUME, D. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- LEIBNIZ, G.W. *Escritos Filosóficos*. Buenos Aires: Editorial Chargas, 1982.
- LOCKE, J. *Ensaio sobre el entendimento humano*. Madrid: Editora Nacional, 1980.
- POPPER, K. *Conhecimento Objetivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Itatiaia Limitada, 1975.